

PROCESSO SELETIVO 2022/2023 PARA OTT DE DIREITO
ETAPA III – TESTE PRÁTICO

1ª Parte: Redação, valendo 3 (três) pontos.

a) A partir da Constituição da República e da legislação infraconstitucional, e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija uma redação sobre o tema “Forças Armadas”.

2ª Parte: Duas questões discursivas, valendo 1 (um) ponto cada uma.

b) Considerando a sua convocação após aprovação em todas as etapas do processo seletivo, você será membro das Forças Armadas na condição de militar temporário. Nesse contexto, é importante que o militar identifique as funções da Advocacia-Geral da União. Sendo assim, ao ser indagado sobre as atribuições da referida Instituição, liste três funções do órgão de representação, utilizando a Constituição da República e a legislação infraconstitucional para fundamentar a resposta.

c) O princípio da moralidade, previsto na Constituição da República, significa que o administrador deve ter um comportamento ético e juridicamente adequado. Se um militar comete um crime, transgressões disciplinares graves ou outras condutas demeritórias que, em tese, torne o mesmo presumivelmente incapaz de permanecer na ativa ou até mesmo na inatividade, o militar será submetido a um Tribunal de Honra. Sendo assim, se for indagado sobre a ética, com base na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, cite três preceitos da ética militar.

ESPELHO DO TESTE PRÁTICO
PROCESSO SELETIVO 2022/2023 PARA OTT DE DIREITO
ETAPA III – TESTE PRÁTICO

1ª Parte: Redação:

a) Conforme o Art 142 da Constituição da República, as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, baseadas na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República.

O Art 1º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, bem como, o Art 2º da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, também disciplinam a matéria.

2ª Parte: Duas questões discursivas, valendo 1 (um) ponto cada uma.

b) Segundo o Art 131 da Constituição da República, compete à Advocacia-Geral da União (AGU) representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo.

A Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, especifica as atribuições da AGU.

c) Os preceitos da ética militar estão previstos no Art 28 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, Estatuto dos Militares.